



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
**GABINETE VEREADOR ANGELO RESTA**

---

**REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE DIARIAS** 57/2024

Vereador: Angelo Antônio Lamberti Resta

Dia: 18,19,20 e 21 de junho de 2024

Diárias retiradas: Quatro diárias sendo três com pernoite.

Cidade: Porto Alegre - RS

Senhor Presidente

O Vereador que abaixo subscreve, vem à presença de Vossa Excelência, requerer que lhe seja concedida quatro diárias com três pernoite, para cidade de Porto Alegre-RS, nos dias 18 à 21 de junho de 2024, onde estarei participando do Curso de "Curso avançado de efetividade legislativa e a responsabilidade pública" no Instituto INLEGIS de Porto Alegre-RS

N. Termos

P. Deferimento

Em, 13 de junho de 2024.

Angelo Antônio Lamberti Resta  
Bancada MDB

EXMO. SR.

VER. FRANKLIN MARCIANO PEREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL





CURSO CONFIRMADO

**0024/1806 - CURSO AVANÇADO DE CAPACITAÇÃO - EFETIVIDADE LEGISLATIVA E A RESPONSABILIDADE PÚBLICA:**

Transparência, Ética e Controle Interno, Abertura de Créditos para Combate à Calamidade Pública, Destinação de Recursos para o Setor Privados, Eleições Municipais 2024, Lei da Ficha-Limpa, Condutas Proibidas em Ano Eleitoral e Crimes Licitatórios e Contra a Administração Pública

DATA DE INÍCIO: 18/06/24

DATA DE CONCLUSÃO: 21/06/24

📍 PORTO ALEGRE-RS

Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354

Dúvidas? Chama no WhatsApp  
(https://api.whatsapp.com/send/?  
phone=5551999915809&text=Oi%C3%A1%21+Preciso+de+uma+informa%C3%A7%C3%A3o%21&type=phone\_number&app\_absent=0)

VEJA O TEMÁRIO DO CURSO ⓘ

**OBJETIVOS DESTES TREINAMENTO**

Este curso avançado de capacitação aborda a efetividade legislativa e a responsabilidade pública, focando em transparência, ética e controle interno. Inclui a abertura de créditos para combate à calamidade pública, destinação de recursos para o setor privado, e diretrizes para as eleições municipais de 2024. Explora também a Lei da Ficha Limpa, condutas proibidas em ano eleitoral, e crimes licitatórios e contra a administração pública. Ideal para agentes públicos que buscam aprimorar suas competências legislativas e garantir uma gestão eficiente e responsável.

**INSCREVA-SE**  
(HTTPS://INLEGIS.MINHACENTRALONLINE.COM.BR/CURSO/R16305)

**RESERVE HOTEL**  
(HTTPS://INLEGIS.COM.BR/RESERVAR-HOTEL/)

**Alerta**

✕

Caso não possa comparecer no curso, cancele sua inscrição 24h antes do início. O NÃO CANCELAMENTO irá gerar uma cobrança de 50% do valor da inscrição no CPF do inscrito.

**INVESTIMENTO**

R\$ 1.090,00



Começar uma conversa no WhatsApp

Fale conosco, estamos online!



FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO;



(<https://inlegis.com.br>)

MODIFICAÇÃO OU PAGAMENTO IRREGULAR EM CONTRATO ADMINISTRATIVO;

PERTURBAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO;

VIOLAÇÃO DE SIGILO EM LICITAÇÃO;

AFASTAMENTO DE LICITANTE;

FRAUDE EM LICITAÇÃO OU CONTRATO;

CONTRATAÇÃO INIDÔNEA;

IMPEDIMENTO INDEVIDO;

OMISSÃO GRAVE DE DADO OU DE INFORMAÇÃO POR PROJETISTA.

EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO;

EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS PÚBLICAS;

CONCUSSÃO;

CORRUPÇÃO PASSIVA;

PREVARICAÇÃO;

CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA;

ADVOCACIA ADMINISTRATIVA;

VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA;

ABANDONO DE FUNÇÃO;

EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE ANTECIPADO OU PROLONGADO;

VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL.

SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE DOCUMENTO.

CRIMES PRATICADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

PECULATO;

PECULATO CULPOSO;

PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM;

INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES;

MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES;

CRIMES PRATICADOS POR PARTICULARES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL:

USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA;

DESOBEDIÊNCIA;

DESACATO;

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA;

CORRUPÇÃO ATIVA;

## INSTRUTOR



### CAROLINE TURRI

Advogada formada pela PUC/RS, Especialista em Direito Público pela ESMAR e em Direito Eleitoral pelo Verbo Jurídico, com experiência e atuação em Consultoria nas áreas de Direito Administrativo, Cível, Empresarial, Bancário e Eleitoral. Iniciou sua carreira no Escritório Campos Garcia, onde atuava na área de Direito.

## ELEIÇÕES 2024: O QUE VALE PARA O PLEITO MUNICIPAL DE 2024?

### AULA|QUARTA-MANHÃ

ELEIÇÕES 2024: O QUE VALE PARA O PLEITO MUNICIPAL DE 2024?

REVISÃO DAS MUDANÇAS NAS LEIS ELEITORAIS DE 2024

DESINCOMPATIBILIZAÇÃO – CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATENDIMENTO

JULGADOS RELACIONADOS

A LEI DA FICHA LIMPA E SUA POSSÍVEL APLICAÇÃO MUNICIPAL

A LEI DA FICHA LIMPA – LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 2010;

A LEI DA FICHA LIMPA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – APROVAÇÃO DO PROJETO E NECESSIDADE DE SANÇÃO DO GOVERNADOR;

A LEI DA FICHA LIMPA NOS MUNICÍPIOS – LEIS JÁ EM VIGOR E PROJETOS QUE SOFRERAM ADIN;

COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS – QUEM ESTÁ AUTORIZADO A APRESENTAR PROJETO DE LEI.



Começar uma conversa no WhatsApp

Fale conosco, estamos online!



EDISON IMAR DE OLIVEIRA MELO

**INLEGIS**  
Consultoria e Treinamento<https://inlegis.com.br>**NOVO! TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE INTERNO:****AULA | QUINTA-MANHÃ**

NOVO!

ADMINISTRAÇÃO DA TESOUREARIA E DO ATIVO  
DISPONÍVEL

TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE INTERNO:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

AUDITORIA NAS RECEITAS MUNICIPAIS

ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TRIBUTOS MUNICIPAIS E O CONTROLE

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL:

AUDITORIA NA DÍVIDA ATIVA

BASE CONSTITUCIONAL

O CONTROLE INTERNO MUNICIPAL NA LEI Nº  
14.133/2021 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS

A RESOLUÇÃO Nº 936/2021 DO TCE/RS

AGENTES DE CONTROLE INTERNO

A UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO E A  
PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCE-RSPROCEDIMENTOS BÁSICOS DE AUDITORIA INTERNA –  
EXAMES OBRIGATÓRIOS**INSTRUTOR****CLEBER NASCIMENTO**

Oficial de Controle Externo TCE, Possui graduação em Administração pela Faculdade Porto Alegrense de Ciências Contábeis e Administração (1990) e segunda formação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004).

**VEDAÇÕES E LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO ELEITORAL, DE  
ACORDO COM A LEI E AS RESOLUÇÕES DO TSE:****AULA | QUINTA-TARDE**LIMITES DE DESPESAS COM PUBLICIDADE E  
PROPAGANDA EM ANO ELEITORAL;VEDAÇÕES E LIMITES ESTABELECIDOS PELA  
LEGISLAÇÃO ELEITORAL, DE ACORDO COM A LEI E AS  
RESOLUÇÕES DO TSE:DATA A PARTIR DA QUAL OS AGENTES PÚBLICOS  
PODEM INICIAR OS ATOS DE PROPAGANDA ELEITORAL;

Começar uma conversa no WhatsApp

Fale conosco, estamos online!